

## **Acervos etnográficos do Museu Nacional: preservação digital como sugestão pós incêndio**

Bianca Luiza Freire de Castro França<sup>1</sup>

### **Introdução**

No ano em que o Museu Nacional do Rio de Janeiro, maior museu de História Natural e Etnologia do Brasil, localizado na Quinta da Boa Vista no bairro de São Cristóvão, zona Norte do Rio de Janeiro, completou 200 anos, um terrível incêndio acometeu o prédio e seu acervo de 20 milhões de itens de geologia, paleontologia, botânica, zoologia, antropologia biológica, arqueologia e etnologia<sup>2</sup>. Houve também a perda das salas dos programas de pós-graduação que funcionavam no prédio, dos laboratórios de pesquisa e da Biblioteca Francisca Keller, uma das mais importantes bibliotecas de antropologia do Brasil.

As chamadas começaram por volta das 19h30m, após o horário de visitas do dia 02 de setembro de 2018, estando no prédio quatro seguranças que escaparam, não havendo vítimas. Após o controle do incêndio, por volta das 23 horas, e da chuva da madrugada do dia 03 para o dia 04 de setembro, que contribuiu

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
bianca.castro.franca@gmail.com

<sup>2</sup> “O que se sabe sobre o incêndio no Museu Nacional, no Rio”, ver em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.shtml>>. Acesso em: 01 de nov. 2018.

para apagar alguns focos de incêndio ainda restantes no prédio, ainda havia o risco da água utilizada para apagar as chamas causar mais danos ao acervo sobrevivente nas ruínas.

O incêndio do Museu Nacional causou e ainda causa grande comoção nacional e internacional nos fazendo questionar: por que só pensamos na preservação dos acervos após os sinistros?

No Brasil, as discussões sobre preservação de acervos (culturais, de Ciência e Tecnologia e digitais) são ainda muito recentes e carecem de formação especializada, pesquisas mais aprofundadas e bibliografia na área (FRONER, 2014). Quadro este, que está mudando com os cursos de Pós-Graduação, que vem formando profissionais e aumentando as pesquisas e produção bibliográfica na área, como o Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do PPACT/MAST<sup>3</sup>, o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN/Minc<sup>4</sup> e o Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde do COC/Fiocruz<sup>5</sup>.

De forma geral, poucas são as instituições de memória e de patrimônio cultural que possuem uma política de preservação para seus acervos<sup>6</sup>, o que não era diferente para o Museu Nacional, apesar dos esforços do Laboratório Central de Conservação e

---

<sup>3</sup> Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Disponível em: <<http://site.mast.br/ppact/index.html>>. Acesso em: 27 de dez. de 2018.

<sup>4</sup> Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pep>>. Acesso em: 27 de dez. de 2018.

<sup>5</sup> Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde do COC/Fiocruz. Disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/educacao/mestrado-profissional-em-preservacao-e-gestao-do-patrimonio-cultural-das-ciencias-e-da-saude>>. Acesso em: 27 de dez. de 2018.

<sup>6</sup> A Fiocruz, a Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa, a Fundação Joaquim Nabuco, o Museu de Astronomia (MAST), entre outras instituições, possuem suas políticas de preservação disponíveis online.

Bianca França

Restauração (LCCR)<sup>7</sup> e dos setores do Museu, como o Setor de Etnologia e Etnografia (SEE/MN) que vinha realizando, nessas duas primeiras décadas dos anos 2000, atividades de preservação e digitalização do acervo.

Diante do exposto, este artigo faz uma pequena análise das perdas e danos do acervo de etnologia do Museu Nacional, presente no SEE/MN. Apresenta uma breve discussão e lista algumas medidas básicas para preservação e segurança de acervos culturais em caso de sinistros com fogo; e, no contexto dos projetos de preservação e digitalização do acervo do SEE/MN, sugere a preservação digital, enquanto via para recuperação dos registros do acervo do setor.

### **O incêndio do Museu Nacional: perdas e danos no acervo etnográfico**

O Museu Nacional foi fundado por decreto de D. João VI, em junho de 1818, com a finalidade de *conhecer e estudar as riquezas do reino*. Seu acervo de 20 milhões de itens, dentre eles fósseis, múmias, peças indígenas e livros raros, foi formado ao longo de 200 anos e preservado como patrimônio nacional. Neste conjunto de objetos, documentos e livros, estava inscrita grande parte da história do Brasil e do mundo.

O acervo etnográfico do Museu Nacional era constituído de 42 mil peças, divididas entre os setores de Arqueologia, Etnologia e Antropologia Biológica. O acervo que estava no setor de Etnologia foi perdido em quase sua totalidade, salvo peças que estavam na exposição itinerante *Os Primeiros Brasileiros*<sup>8</sup> que se encontrava em Brasília (DF) na data do sinistro.

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre o LCCR ver em: SOUZA (2018).

<sup>8</sup> Para saber mais sobre a exposição *Os Primeiros Brasileiros*, ver em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2018-09/unicas-pecas-do-acervo-indigena-do-museu-nacional-estao-em-brasilia>>. Acesso em: 06 de out. 2018.

Estima-se que no SEE/MN existiam 30.000 itens originários de povos indígenas brasileiros, com coleções Ticuna, de aproximadamente 1000 peças<sup>9</sup>; coleções Karajá, de aproximadamente 1200 peças; e coleções Guarani, de aproximadamente 400 objetos; os demais conjuntos eram compostos por 700 itens africanos; 600 asiáticos; 300 da Oceania; e objetos, em menor quantidade, das Américas do Norte, Central e do Sul. Restando de alguns itens registros digitalizados feitos pela equipe de técnicos, docentes e pesquisadores colaboradores do setor.

O acervo podia ser caracterizado, principalmente, por suas coleções formadas no período concomitante a formação nacional (principalmente no período Republicano, da segunda metade do XIX até o XX), ao contrário dos museus europeus, que tem seus acervos etnográficos constituídos em sua maioria no período colonial (século XVI ao XVIII) em situações de conflito explícito. Esse fato, marca principalmente uma postura mais “fraterna” do indianismo brasileiro (marcado pela ação de figuras como José Bonifácio e Rondon)<sup>10</sup>, no sentido de não tratar os indígenas apenas como inimigos, compreendendo sua produção como material vivo a ser preservado.

Essa característica vai de encontro com a proposta da atual curadoria, do antropólogo João Pacheco de Oliveira (PPGAS/ Museu Nacional<sup>11</sup>), curador desde 2000, que envolve o trabalho de requalificação das coleções com o apoio de consultores/pesquisadores indígenas e não-indígenas. Destaca-se principalmente a participação dos indígenas neste processo, não apenas pela produção, doação ou processo de revisão do acervo,

---

<sup>9</sup> Para saber mais sobre as coleções Ticuna do SEE/MN consultar: FRANÇA (2018).

<sup>10</sup> Ver sobre o indianismo brasileiro em: OLIVEIRA (2017).

<sup>11</sup> Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Disponível em:< <http://www.ppgasmn-ufrrj.com/>>. Acesso em: 27 de dez. de 2018.

Bianca França

mas pelo apoio e respeito às demandas políticas desses povos com a criação e fortalecimento de acervos locais, ao exemplo da fundação do Museu Magüta<sup>12</sup>, em parceria dos indígenas Ticuna (Alto Solimões, Amazonas (AM)) com antropólogos do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, em especial João Pacheco de Oliveira.

A perda deste insubstituível acervo deixa uma grande lacuna para a história e patrimônio cultural brasileiro e impacta no trabalho de pesquisadores vinculados à instituição e à outras instituições no Brasil e internacionais. Gera (ou), também, um grande impacto emocional, cultural, educacional e econômico (uma vez que o Museu Nacional era um ponto turístico e cultural na cidade do Rio de Janeiro).

Muitos dos objetos perdidos jamais poderão ser revistos, como itens de plumária dos indígenas Munduruku que não são mais produzidos<sup>13</sup>. A perda destes objetos sinaliza o quão importante é cuidarmos dos nossos acervos e mantermos sua integridade, não só os protegendo da ação do tempo, mas dos sinistros naturais e intencionais (causados pelo homem). Algumas medidas podem ser adotadas para tal, vejamos a seguir.

### **Medidas de preservação contra incêndios**

Dentre os sinistros que podem ocorrer com os acervos podemos elencar os naturais, como furacões, terremotos, eclosões vulcânicas, secas e enchentes; e os intencionais como

---

<sup>12</sup> Para saber mais sobre a fundação do Museu Magüta, consultar: OLIVEIRA (2012); ROCA (2015; 2015b).

<sup>13</sup> Sobre o incêndio e o acervo, ver em: Entrevista com Antonio de Souza Lima (Professor de Etnologia do PPGAS/Museu Nacional) e Edmundo Pereira (Chefe Departamento de Antropologia) para *Publica*. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/09/falar-do-museu-nacional-e-falar-dos-povos-indigenas-da-historia-do-brasil/>>. Acesso em 14 de setembro de 2018.

desabamentos, incêndios, atos de guerra, terrorismo ou vandalismo. Desabamentos e incêndios podem ser sinistros naturais, mas colocamos desabamentos e incêndios também como intencionais uma vez que desabamentos podem ocorrer pela negligência humana e incêndios podem ser criminosos.

O incêndio é um tipo de sinistro que pode assolar a qualquer um, independente do fator econômico da instituição e/ou de suas políticas. Como este sinistro, na maioria das vezes leva a danos e perdas irreversíveis, é necessário um bom treinamento de equipe. Não só em como lidar com o incêndio em si, mas de forma preventiva (fiscalização e manutenção) para que não venha ocorrer. Para tal, é necessária a implantação de medidas de segurança contra incêndio nos edifícios históricos ou que abriguem o patrimônio cultural, adequadas para cada tipo de ocupação segundo suas características (SILVA *et al*, 2015).

Preservar um acervo consiste em um conjunto de ações que visam deter a degradação da documentação histórica sem o comprometimento causado pela utilização de produtos tóxicos, submetendo o material do acervo a um ambiente profilático à contaminação controlando as condições de armazenamento, manuseio, uso e assepsia de modo a preservar o acervo bibliográfico com menos impacto ambiental além de aumentar a permanência dos documentos originais (GUIMARÃES e REZENDE FILHO, 2007).

Essas ações requerem que os responsáveis pelo acervo ou pessoas encarregadas tenham o mínimo de conhecimento sobre a totalidade da massa documental, quais os tipos de documentos existentes no acervo e destes os mais sensíveis a água, ao fogo, intempéries climáticas, agentes biológicos e outros problemas que podem vir a afetar a integridade física do mesmo. Isso revela que o despreparo de uma equipe para lidar com desastres pode danificar

Bianca França

o acervo tanto quanto o próprio desastre (TAVARES, 2011 *apud* SILVA *et al*, 2015).

Para proteção dos acervos em relação a sinistros com fogo o ideal é primeiramente criar um plano de emergências e preparação para desastres com a participação de todos os profissionais envolvidos com as coleções. O primeiro passo para a criação desse plano é avaliar as ocorrências das quais a instituição e seu acervo estão mais suscetíveis e depois classificar esses riscos de acordo com a probabilidade e gravidade de seu potencial. O plano de emergência tem por objetivo identificar a vulnerabilidade em situações de emergência, antecipar os efeitos e normatizar formas de prevenção e ação, atribuir responsabilidades para pessoas encarregadas que devem ter o mínimo de conhecimento sobre a totalidade da massa documental e propor um plano de recuperação do acervo.

No caso dos incêndios, estes podem ser causados por fenômenos naturais como raios e incêndios florestais ou por intervenção humana como problemas elétricos nas fiações de uma instituição ou um incêndio criminoso. As medidas de segurança contra incêndio têm caráter preventivo e de proteção e são aquelas que se destinam, exclusivamente, a prevenir a ocorrência do início do incêndio. Essas medidas incluem:

- Classificar os problemas estruturais nos edifícios históricos por prioridade, sanando do mais grave ao menos;

- Distribuição de extintores de incêndio em pontos estratégicos. Os extintores devem ser mantidos em local seco e arejado e observados os prazos de validade. Todos os extintores precisam ser testados regularmente, recarregados e substituídos;

- Viabilização de cursos junto a Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros para os funcionários saberem a melhor forma de lidar com incêndios. Todos os funcionários devem ter formação obrigatória e regular no uso de extintores;

- Inspeção regular e manutenção, registradas, dos circuitos elétricos e dos equipamentos elétricos;
- Instalação de portas corta-fogo e barreiras para incêndio;
- Supervisão de utilização de equipamento de trabalho e manutenção dos mesmos.

Não podemos prever quando e se acontecerão emergências com nossos acervos, porém o plano de emergência exerce um papel muito importante, pois além da preocupação com a prevenção do acervo, há também a preocupação com o salvamento e recuperação do mesmo. No caso do Museu Nacional, onde houve uma enorme perda de itens raros, a recuperação do acervo se torna impossível, apesar de alguns itens terem sobrevivido em meio as cinzas como o meteorito Bendegó, parte da coleção de zoologia, minerais, algumas cerâmicas, bonecas Karajá, pontas de flecha em metal, a biblioteca central do museu e o herbário; o departamento de zoologia de vertebrados e um crânio que possivelmente é o de Luzia<sup>14</sup>.

Diante do exposto, os registros digitais feitos por funcionários, pesquisadores, docentes, discentes e amigos do Museu estão sendo recuperados através de levantamentos e doações, a fim de manter o Museu “vivo”, apesar do incêndio, rememorando a história da instituição e de suas coleções. Estes documentos digitais precisarão ser preservados a fim de garantir o acesso das futuras gerações ao acervo, que agora se enquadra na categoria das Humanidades Digitais.

### **Novas possibilidades: recuperando a memória do acervo etnológico através dos acervos digitais e sua preservação**

---

<sup>14</sup> Ver a listagem dos itens recuperados em: <  
<https://www.dn.pt/cultura/interior/resgatadas-1500-pecas-do-museu-nacional-norio-de-janeiro-10306184.html>>. Acesso em: 18 de dez. 2018.



Bianca França

Dentro do histórico de investimentos de organização museal, arquivística, bibliográfica, científica e antropológica, desenvolvidos no SEE/MN, em especial, a partir da década de 1980 e retomados nas últimas duas décadas dos anos 2000, pela curadoria e equipe de docentes e técnicos, foram desenvolvidas atividades de catalogação, localização, higienização, registro digital e disponibilização virtual e impressa das coleções etnológicas de Ásia-Pacífico, África, coleções dos indígenas brasileiros e americanos, e de cultura popular do setor.

Vários projetos foram executados possibilitando a continuação dos estudos, a valorização e a retomada das atividades de preservação e acessibilidade do acervo geral, nos últimos anos, gerando vários resultados para preservação e divulgação dessas coleções. Os principais projetos foram: *“Conhecendo as coleções Ticuna do Museu Nacional”* (2013); o projeto *“Sala África: novos usos para a coleção de objetos africanos do Museu Nacional”* (2013); o projeto *“Memórias étnicas e museus etnográficos: uma releitura sobre o Setor de etnologia do Museu Nacional/UFRJ”* (2014 a 2015); o projeto *“Acervos e Exposições na Rede: Digitalização e Disponibilização virtual do Acervo Etnográfico do Museu Nacional”* (2015); e o projeto *“Documenta Etnológica”* (2016 a 2017).

O projeto *Conhecendo as coleções Ticuna do Museu Nacional* foi executado em parceria com o Programa de Extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (ProExt UniRio), entre março e novembro de 2013, e era um projeto de arte e cultura com coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Chuva (UniRio). Foi desenvolvido em parceria com João Pacheco de Oliveira e a participação dos alunos de Licenciatura em História da modalidade de Educação à Distância (EAD) da UniRio via consórcio CEDERJ.

Os bolsistas desse projeto contaram com o apoio da curadoria e da equipe de docentes e técnicos do setor. O projeto teve por objetivos formar profissionais aptos a atuarem em campos

diversificados de trabalho, especialmente nas instituições de memória e patrimônio, como museus, secretarias de cultura, instituições de preservação do patrimônio cultural de forma ética, crítica e auto reflexiva. Durante o projeto foram realizadas atividades de rotina da reserva técnica junto ao acervo como: levantamento, catalogação e preservação das coleções Ticuna; atendimento ao público (pesquisadores e alunos); embalo e preparo de peças para a montagem da exposição *Kumbukumbu* no Museu Nacional (maio de 2013); embalo e preparo de peças para a montagem da exposição *Os Primeiros Brasileiros*, que foi montada em Córdoba (Argentina), em junho de 2013.

O projeto *Sala África: novos usos para a coleção de objetos africanos do Museu Nacional*, foi um projeto coordenado por João Pacheco de Oliveira, com a curadoria da historiadora Mariza de Carvalho Soares da Universidade Federal Fluminense (UFF). O projeto foi implementado pelo Museu Nacional com financiamento da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) através do edital 03/2013. Teve como produtos a Exposição *Kumbukumbu* do Museu Nacional e a publicação *Conhecendo a Exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*<sup>15</sup> que foi elaborada pela equipe do SEE/MN com a intenção de atender à demanda de professores e guias que visitam a sala.

Outro importante projeto foi o *Memórias étnicas e museus etnográficos: uma releitura sobre o Setor de etnologia do Museu Nacional/UFRJ*. Este projeto teve duração inicial de março a dezembro de 2014 com continuação em 2015 por igual período. Buscou um novo olhar às coleções Ticuna do acervo geral do Museu Nacional, em especial a coleção formada por João Pacheco de Oliveira em 1981.

---

<sup>15</sup> Disponível em:

<<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/LivroKumbukumbu.pdf>>. Acesso em: 18 de dez. 2018.

Bianca França

Em convênio com a FAPERJ, o projeto tinha como equipe: João Pacheco de Oliveira, como coordenador; Bianca Luiza Freire de Castro França, bolsista de Iniciação Científica; Salomão Inácio Clemente, indígena Ticuna, como estagiário e estudante do curso de Bacharel em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, participação entre 20 de novembro e 10 de dezembro de 2014. Contou também com a supervisão do corpo técnico administrativo e docente do Setor.

As atividades previstas incluíram: a identificação e contextualização das coleções Ticuna do setor, gerando uma base de dados digitalizada em planilha eletrônica; a localização e fotografia das peças referentes à coleção formada por João Pacheco de Oliveira em 1981, gerando um catálogo confeccionado para o setor. Das 118 peças da coleção, 63 foram localizadas no acervo da reserva técnica, e 61 fotografadas, duas não puderam ser fotografadas por conta de questões de conservação; previa ainda, o processo de reconhecimento das peças e exegese dos objetos da coleção, bem como interpretação dos mitos e histórias nas pinturas presentes nos tururis (tecidos de fibra vegetal), esse trabalho foi feito com contribuição de Salomão<sup>16</sup>. O trabalho de Salomão consistiu também na correção de verbetes e expressões das descrições nos Livros de Tombo e no auxílio no processo de fotografia das peças.

Nos anos seguintes, entre outubro de 2016 e março de 2017, foi desenvolvido no Setor de Etnologia o projeto *Documenta Etnológica*. A primeira etapa do trabalho foi iniciada em 2015, através do projeto *Acervos e Exposições na Rede: Digitalização e Disponibilização virtual do Acervo Etnográfico do Museu Nacional*, dedicado à catalogação-localização de seu Acervo Geral. Em 2016,

---

<sup>16</sup> Para saber mais sobre a revisitação às coleções Ticuna e o trabalho de interpretação dos mitos nos tururis, consultar: SANTOS e FRANÇA (2018).

iniciou-se o trabalho de higienização e registro básico de todas essas coleções.

Atendendo ao Edital MinC/UFPE *Povos originários do Brasil*<sup>17</sup>, o projeto propôs uma etapa do trabalho, voltado especialmente para a qualificação de certos conjuntos de coleções indígenas; para sua disponibilização virtual tanto em inventários gerais, quanto em formatos editados como livretos de introdução ou exposições virtuais.

Contou com equipe formada por João Pacheco de Oliveira; pelo Prof. Dr. Edmundo Pereira (PPGAS/Museu Nacional) como coordenador geral do projeto; o técnico em história Crenivaldo Veloso Jr.; a técnica em assuntos educacionais Michele de Barcelos e a museóloga Rachel Correa de Lima. Como consultores do projeto contou com o Prof. Dr. Manuel Ferreira de Lima do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG), consultor e pesquisador das coleções Karajá; o antropólogo e indígena Guarani – Kaiowá Tônico Benites (PPGAS/Museu Nacional); e com o antropólogo Pablo Antunha Barbosa (PPGAS/Museu Nacional), consultores e pesquisadores das coleções Guarani. Contou ainda com dois bolsistas museólogos (mestrado e graduação); dois auxiliares de pesquisa e arquivo (mestrado e graduação); um fotógrafo-pesquisador (mestrado); e um programador gráfico (graduação).

No contexto deste projeto, elegeram-se três coleções representativas do histórico de colecionamento do museu, são essas as coleções Ticuna; as coleções Karajá; e as coleções Guarani. Estas coleções permitiram a recuperação de processos de colecionamento que vão dos viajantes do século XIX, passando pelas Comissões Militares do início do século XX, à formação e consolidação da etnologia como campo científico no Brasil. A etapa atual do trabalho realizado, interrompida pelo incêndio,

---

<sup>17</sup> Convênio do Ministério da Cultura com a Universidade Federal de Pernambuco.

Bianca França

compreendia a digitalização dos Livros de Tombo; higienização e registro fotográfico do acervo; a disponibilização virtual, pública e on-line, das coleções e de edições impressas e virtuais através de guias de exposições, materiais didáticos, exposições virtuais e audiovisuais.

Objetivava-se com todos esses projetos, citados acima, investir principalmente na pesquisa sistemática do acervo e na produção de materiais didáticos em vários formatos, que fossem contextualizadores e explicativos do acervo e suas condições sócio históricas de constituição, organização e exibição. Dentre estes vários trabalhos, estão teses e dissertações de mestrado e doutorado concluídas e em curso<sup>18</sup>, que tinham por finalidade contribuir com a preservação, divulgação e produção acadêmica sobre as coleções do Setor de Etnologia.

Outra importante produção desenvolvida pela curadoria do setor e sua equipe é a exposição *Índios: Os Primeiros Brasileiros*. A exposição é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido há muitos anos pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira, com participação e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da FAPERJ, que tem por objetivo rever a história do Brasil assinalando as formas pelas quais os indígenas do Nordeste foram vistos e incorporados.

As peças coletadas para a exposição fazem parte de uma relação dialógica de parceria com indígenas de vários povos, os quais doaram ou venderam peças em comum acordo, inclusive político, com o antropólogo em visita às aldeias. Além do consentimento, houve a participação ativa dos indígenas na produção e escolha das peças, que muitas vezes foram entregues com recomendações escritas a serem tomadas para preservação e exposição das mesmas.

---

<sup>18</sup> Podemos citar os trabalhos de: AGOSTINHO (2014); FRANÇA (2015, 2018); SANTOS (2011; 2016); VELOSO (2013).

Na exposição os visitantes podem conferir imagens e documentos, principalmente, sobre os povos da região Nordeste, apresentando as culturas indígenas como algo vivo e dinâmico. Nos registros, imagens e informações de natureza histórica e cultural, as marcas da colonização, as narrativas indígenas e os desafios atuais levam o público a uma viagem pela história do Brasil e dos povos indígenas.

Em Brasília (DF), de 28 de agosto a 16 de dezembro de 2018, a exposição passou por outras cinco capitais: Recife (PE), Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN), e Salvador (BA), além de Córdoba, na Argentina, em 2013. Ao todo, mais de 230 mil visitantes conferiram os trabalhos da mostra. Em todas as inaugurações da exposição houve a participação dos indígenas, com a realização de fóruns e debates onde as suas questões eram discutidas com grande empenho e seriedade, marca da curadoria de João Pacheco de Oliveira.

Diante do histórico de esforços em preservação e divulgação, e apesar da grande perda para a etnologia brasileira, foram preservados alguns registros digitais das coleções do SEE/MN: fotos das coleções Karajá e Ticuna; um inventário inicial de 13 mil objetos, em planilha eletrônica; documentos arquivísticos escaneados, entre outros resultados dos projetos implementados com a colaboração de vários pesquisadores indígenas e não- indígenas.

Esse conjunto de objetos digitais, discriminados acima, formam um acervo de Humanidades Digitais, que advindos das Ciências Humanas e Sociais, das Artes e das Letras apoiam-se no conjunto dos paradigmas e conhecimentos próprios dessas disciplinas, mobilizando simultaneamente os instrumentos e as perspectivas singulares do mundo digital. Designam uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências Humanas e Sociais (THATCAMP, 2012).

Bianca França

Esses acervos digitais são compostos por todo objeto digital que possa ser representado através de uma sequência binária: documentos de texto, fotografias digitais, diagramas vetoriais, bases de dados, sequências de vídeo e áudio, modelos de realidade virtual, páginas Web e aplicações de software.

A partir disso, podemos concluir que procedimentos de preservação digital são fundamentais para a manutenção da integridade, além de garantir o acesso contínuo em longo prazo a este conjunto documental.

Por preservação digital entendemos o conjunto de atividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado a longo prazo à informação e restante patrimônio cultural existente em formatos digitais (FERREIRA, 2006). Ou seja, procedimentos de curadoria digital desse acervo.

Segundo Abbot (2008), por curadoria digital tratamos todas as atividades envolvidas no gerenciamento de dados desde o planejamento de sua criação, melhores estratégias na digitalização e documentação, disponibilidade e adequação para descoberta e reutilização no futuro. A curadoria digital também pode incluir o gerenciamento de vastos conjuntos de dados para uso diário, garantindo que eles possam ser pesquisados e continuar legíveis.

Para tal, o uso de metainformação de preservação tem como objetivo descrever e documentar os processos e atividades relacionadas a preservação de materiais digitais através dos *metadados*, que são informações detalhadas sobre a proveniência, autenticidade, atividades de preservação, ambiente tecnológico e condicionantes legais. É, portanto, aplicável a uma grande variedade de situações profissionais de digitalizadores, criadores de metadados, financiadores, criadores de políticas e gerentes de repositórios, desde o início do ciclo de vida da informação até o fim.

No caso do SEE/MN, para administrar o acervo digital será necessária a construção conjunta, do curador e profissionais do

corpo técnico, de uma Política de Preservação de Acervos Digitais, para o acervo do setor. Esta deverá servir como orientação legal para a gestão da preservação e para o acesso permanente aos objetos digitais produzidos, selecionados e armazenados, visando a superação da obsolescência tecnológica tanto dos objetos como dos seus próprios suportes (HD's, CD's, DVD's, Pen-Drives, etc.).

Deve ser elaborada com base em resoluções<sup>19</sup>, normas, atos administrativos, leis<sup>20</sup>, modelos e padrões nacionais. Dando ênfase a entrada e descarte dos documentos digitais, e a escolha de *metadados* que deem conta da descrição desses objetos (coletores/doadores, ano de coleta e de entrada, país de coleta, etnia de origem, descrição do objeto digital, estratégias de preservação adotadas com data de intervenção, entre outros dados importantes) e que apótem categorias museológicas, arquivistas, antropológicas, históricas e também categorias nativas. Para a metainformação de categorias nativas, será necessária a participação de consultores indígenas.

No Brasil, poucas são as instituições que possuem uma política de preservação digital<sup>21</sup>, em geral, essas políticas ficam disponíveis nos sites das instituições e podem servir de modelo para a construção da Política de Preservação do setor. A própria Política de Preservação do setor deve ficar disponível, para consulta, no site

---

<sup>19</sup> Carta para a preservação do Patrimônio Arquivístico Digital – CONARQ, disponível em: < [http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Carta\\_preservacao.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Carta_preservacao.pdf)>. Acesso em: 18 de dez. de 2018. ; e a Carta sobre a preservação do patrimônio digital da UNESCO, disponível em: < [http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL\\_ID=17721&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em: 18 de dez. de 2018.

<sup>20</sup> Lei de Acesso à Informação (Lei Nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011), disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 18 de dez. de 2018.

<sup>21</sup> Para ver sobre Política de Preservação Digital no Brasil, consultar: SILVA JR. e MOTA (2012).



Bianca França

do Museu Nacional<sup>22</sup>, a fim de dar transparência para as atividades do mesmo e também para que possíveis doadores de objetos digitais fiquem cientes da política de entrada e descarte de material.

Espera-se, que essa sugestão para o acervo etnográfico do Museu possa servir para maiores reflexões acerca da preservação dos acervos de Humanidades Digitais, não só como forma de recuperação de memórias institucionais, em caso de sinistros com graves perdas e danos de cultura material, mas como um novo tipo de produção humana que diante da sofisticação, avanços e efemeridade tecnológica deve ser preservada. Que possa servir não apenas como sugestão para o Museu Nacional, mas que se alongue este debate para todas as instituições de memória nacionais.

## **Conclusão**

Junto aos esforços de preservação dos acervos das instituições nacionais, é preciso inculcar nas mentes dos profissionais responsáveis, do menor ao mais alto escalão, que pequenas medidas de preservação podem salvar estruturas físicas, documentação e memória, poupando desgastes emocionais, culturais, políticos e econômicos a toda sociedade.

Não podemos prever quando acidentes irão acontecer, mas agindo, todos, da melhor forma possível podemos evitar que acidentes tomem proporções desnecessárias e se tornem catástrofes como a que acometeu o Museu Nacional. O país perde muitíssimo com esse incêndio, em várias instâncias.

O fogo pode ter destruído as estruturas e o acervo, mas o “espírito” do Museu Nacional continua em seus funcionários, estagiários, alunos, pesquisadores, visitantes e amigos. E da vontade de recuperar a memória desta importante instituição irão surgindo novas formas de contar sua história. Por isso, é preciso, inclusive,

---

<sup>22</sup> Site do Museu Nacional, disponível em:<

<http://www.museunacional.ufrj.br/index.html>>. Acesso em: 27 de dez. de 2018.

que não se apague o registro deste incêndio que marca um novo momento para as atividades do museu, que agora terá de dar conta, também, da preservação digital de seus acervos.

Unindo passado e presente, como a instituição sempre fez, a preservação digital surge como uma via para rememorar/preservar o acervo, mostrando que não só recuperar as estruturas do prédio e os itens que sobreviveram nas cinzas, mas será necessário preservar os registros em fotografias digitais, planilhas, bancos de dados, vídeos, áudios, documentos escaneados e outros registros digitais.

Para tal, será necessário estender as questões de Preservação Digital ao museu e seus setores, como o SEE/MN, aos seus acervos natodigitais ou digitalizados e aos profissionais responsáveis (técnicos de diversas áreas, museólogos, arquivistas, bibliotecários, pesquisadores e docentes), a fim de que esse material não se perca garantindo o acesso público. Afinal, é preciso conhecer para preservar e preservar para conhecer.

## **Bibliografia**

- ABBOT, Daisy. 2008. *What is digital curation?*. Digital Curation Centre. Disponível em: <[https://www.era.lib.ed.ac.uk/bitstream/handle/1842/3362/Abbott %20What%20is%20digital%20curation\\_%20\\_%20Digital%20Curatio n%20Centre.pdf?sequence=2](https://www.era.lib.ed.ac.uk/bitstream/handle/1842/3362/Abbott%20What%20is%20digital%20curation_%20_%20Digital%20Curatio n%20Centre.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 18 de dez. de 2018.
- AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista arquivos do museu nacional (1876-1887)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Miguel. 2006. *Introdução à Preservação Digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade de Minho. Disponível em:<

Bianca França

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5820/1/livro.pdf>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

FRANÇA, Bianca L. F. Castro. *Do comércio a Patrimônio Nacional: formação de uma coleção Ticuna no contexto da antropologia brasileira (1979 - 1981)*. 2015. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Rio de Janeiro.

FRANÇA, Bianca L. F. Castro. *“Mil peças”*: coleções Ticuna do Museu Nacional no contexto da Antropologia (séculos XX - XXI). 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia), Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (PPACT/MAST), Rio de Janeiro.

FRONER, Yaci Ara. 2014. *Conservação e Restauração: A legitimação da ciência*. Disponível em:<

[https://www.researchgate.net/publication/265984175\\_Conservacao\\_e\\_Restauracao\\_A\\_legitimacao\\_da\\_ciencia](https://www.researchgate.net/publication/265984175_Conservacao_e_Restauracao_A_legitimacao_da_ciencia)>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

GUIMARÃES, Nanci Gonçalves Ribeiro; REZENDE FILHO, Cyro de Barros. 2007. Prevenção de acervos bibliográficos contra os agentes deteriorantes. *Revista Biociência*, 13, 1-2, 36-45. Disponível em:<<http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/biociencias/article/view/226>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco. 2017. Las formas del olvido: La muerte del indio, el indianismo y la formación de Brasil (siglo XIX). III Encontro de Antropologia México-Brasil. *Desacatos*, 54, 160-181. Disponível em:<<http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/JPO-Las-formas-del-olvido-Desacatos-2017.pdf>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco. 2012. A refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena. In: Aline Montenegro Magalhães e Rafael Zamorano Bezerra (orgs.). *Coleções e*

*coleccionadores: A polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 201-218. Disponível em:<[http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/refundacao\\_maguta\\_JPO.pdf](http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/refundacao_maguta_JPO.pdf)>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

ROCA, Andrea. 2015. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), 58, 117-142. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/108515>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

ROCA, Andrea. 2015b. Acerca dos processos de indenização dos museus: uma análise comparativa. Rio de Janeiro, Online, 21, 123-156. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132015000100123](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000100123)>. Acesso em: 19 de dez. de 2018.

SANTOS, Rita de Cassia Melo. *Um naturalista e seus múltiplos: colecionismo, projeto austríaco nas Américas e as viagens de Johann Natterer ao Brasil (1817-1835)*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS/Museu Nacional - UFRJ, Rio de Janeiro.

SANTOS, Rita de Cassia Melo. *No "coração do Brasil": Roquette Pinto e a expedição à Serra do Norte (1912)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS/MN/UFRJ.

SANTOS, Rita de Cassia Melo. C.; FRANÇA, Bianca Luiza F. C. 2018. Trajetórias de um tururí Ticuna: de itens de comércio a dispositivos de memória e identidade étnicas. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, 31, 64-76. Disponível em:<<http://oaji.net/articles/2017/3932-1533671745.pdf>>. Acesso em: 20 de dez. de 2018.

Bianca França

SILVA JÚNIOR, Laerte P. da; MOTA, Valéria Gameleira da. 2012. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. *Ciência da Informação*, 41, 1. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1351>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018

SILVA, Camila Medeiros; GONÇALVES, Cássia; *et al.* 2015. Medidas de Segurança Para Preservação e Conservação de Acervo: Relatos de Experiências com base em Orientações no Manual da IFLA. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, 5, 1. Disponível em:<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2850>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018

SOUZA, Márcia Valéria de. 2018. Preservação de acervo no museu nacional: a atuação do laboratório Central de Conservação e restauração (LCCR). *Revista MUSAS*, 8, 176-190. Disponível em:<<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/revista-musas-n8.pdf>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018

TAVARES, Derek Warwick da Silva; DUARTE, Janete Silva; SIQUEIRA NETO, Walfrido. 2011. Segurança em arquivos: O caso do arquivo privado pessoal Afonso Pereira. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, Universidade Federal da Paraíba, 3, 1-5.

THATCAMP. 2011. *Manifesto das humanidades digitais*. ThatCamp. Disponível em:< <https://tcp.hypotheses.org/category/manifeste>>. Acesso em: 19 de dez. de 2018

VELOSO Júnior, Crenivaldo Régis. *Os curiosos da natureza: Freire – Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX*. 2013. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (RJ).